

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE BASTOS****FORO DE BASTOS****VARA ÚNICA****RUA 15 DE NOVEMBRO Nº 50, Bastos - SP - CEP 17690-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001190-70.2020.8.26.0069**
 Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
 Requerente: **Ademir Aparecido Ribeiro Doceria - Me**
 Tipo Completo da Parte Passiva Principal <<
 Informação indisponível >>
 >>:

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Arthur Lutiheri Baptista Nespoli**

Vistos.

Trata-se de pedido de recuperação judicial formulado por ADEMIR APARECIDO RIBEIRO DOCERIA – ME, requerida em 14 de agosto de 2020.

Ante da análise do deferimento do processamento do pedido, determinou-se a realização de perícia prévia para constatação da real situação de funcionamento da empresa, bem como sobre a documentação apresentada pela requerente, a fim de constatar sua correspondência com os livros fiscais e comerciais, além da colheita de outras informações pertinentes ao deslinde da causa, nomeando-se, para tanto, a empresa M. Marques Sociedade Individual de Advocacia Administradora Judicial (fls. 137/144).

O laudo de constatação prévia foi juntado aos autos (fls. 169/227).

Deferiu-se o processamento da recuperação judicial em 05 de outubro de 2020, nomeando-se M. Marques Sociedade Individual de Advocacia Administradora Judicial como Administradora Judicial (fls. 233/239).

Os honorários da Administradora Judicial foram fixados (fls. 508/509).

A recuperanda apresentou o Plano de Recuperação Judicial (fls. 656/668).

A Administradora Judicial apresentou a relação de credores (fls. 724/748).

Editais foram publicados (fls. 773/775 e 779/780).

O Banco do Brasil S.A. (fls. 763/770), Banco Santander (Brasil)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BASTOS
FORO DE BASTOS
VARA ÚNICA
RUA 15 DE NOVEMBRO Nº 50, Bastos - SP - CEP 17690-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

S.A. (fls. 781/783), Caixa Econômica Federal (fls. 791/794) e Banco Bradesco (fls. 797/803) apresentaram objeção ao Plano de Recuperação Judicial.

A recuperanda pugnou pela prorrogação do *stay period* (fls. 860/863).

Foi homologado o Quadro Geral de Credores, determinada a realização da Assembleia Geral de Credores, por meio virtual, e deferida a prorrogação do *stay period* (fls. 864/867).

Designou-se a realização da Assembleia Geral de Credores para o dia 24 de junho de 2021, em primeira convocação, e 01 de julho de 2021, em segunda convocação (fls. 894).

A Administradora Judicial informou que, instalada a Assembleia de Credores, foi requerida a sua suspensão, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, tendo a proposta sido aprovada por maioria simples (fls. 963/987).

A recuperanda apresentou aditivo ao plano de recuperação judicial para fins de deliberação na Assembleia Geral de Credores (fls. 989/1001).

A Administradora Judicial juntou a Ata de Continuidade da Assembleia Geral de Credores Virtual, realizada em 23 de agosto de 2021, bem como seus anexos (fls. 1.026/1.061).

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O Plano de Recuperação Judicial apresentado pela recuperanda foi submetido à apreciação dos credores em Assembleia Geral.

Na oportunidade, houve a aprovação assemblear pela maioria dos credores, em atendimento aos requisitos previstos no artigo 45 da Lei 11.101/2005, de modo que, em consonância com o disposto no artigo 58 do mesmo diploma legal, é de rigor a concessão da recuperação judicial à devedora. Ainda, restou prejudicada a instalação de comitê de credores, ante a falta de interessados.

Vale ressaltar que a deliberação da Assembleia Geral de Credores, como expressão da autonomia privada, é efetivamente soberana, desde que respeitada a legalidade (normas cogentes) e substancialmente o direito dos credores e grupo de credores.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BASTOS
FORO DE BASTOS
VARA ÚNICA
RUA 15 DE NOVEMBRO Nº 50, Bastos - SP - CEP 17690-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ou seja, não compete ao judiciário analisar a viabilidade econômico-financeira do plano, mas apenas exercer o controle de legalidade, coibindo fraude, abuso de direito e violação das normas cogentes.

Nesse sentido é a lição de João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea:

“Efetivamente, ao Estado-juiz foi atribuído o papel fundamental de supervisionar o procedimento e garantir a lisura da tomada de decisão pela assembleia. Cabe a ele assegurar que a deliberação esteja ao abrigo das garantias legais das partes e que não haja abusos. A decisão mais relevante, no entanto, foi transferida para a esfera decisória dos credores, sendo deles a prerrogativa de julgar a viabilidade do plano apresentado para recuperar a empresa em crise. Portanto, o plano aprovado pela assembleia geral de credores está sujeito ao controle judicial de legalidade. Esse é o papel do magistrado. (...) o exame de conveniência e oportunidade da aprovação do plano é dos credores e somente deles” (Recuperação de Empresas e Falência, Ed. Almedina, 2016, pg. 326-327).

Nessa linha de pensamento, não cabe ao Juiz, como regra, imiscuir-se ou valorar o mérito do negócio que resultou da deliberação da Assembleia de Credores, restringindo-se à função de órgão tutor do respeito dos direitos e regulador dos conflitos (Maurizio Galardo in “Gli Accordi di Ristrutturazione dei Debiti”, Maggioli Editore, p. 141), reservado o exame da viabilidade da empresa a situações excepcionais.

A propósito, confira-se a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça a respeito:

"DIREITO EMPRESARIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA. CONTROLE DE LEGALIDADE. VIABILIDADE ECONÔMICO FINANCEIRA. CONTROLE JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Cumpridas as exigências legais, o juiz deve conceder a recuperação judicial do devedor cujo plano tenha sido aprovado em assembleia (art. 58, caput, da Lei n. 11.101/2005), não lhe sendo dado se imiscuir no aspecto da viabilidade econômica da empresa, uma vez que tal questão é de exclusiva apreciação assemblear. 2. O magistrado deve exercer o controle de legalidade do plano de recuperação - no que se insere o repúdio à fraude e ao abuso de direito -, mas não o controle de sua viabilidade econômica. Nesse sentido, Enunciados n. 44 e 46 da I Jornada de Direito Comercial CJF/STJ. 3. Recurso especial não provido. (Resp nº 1.359.311/SP, Rel. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, j. em 09.09.2014)."

Nessa linha de entendimento, não se vê no plano aprovado pela maioria dos credores especialmente reunidos em Assembleia Geral, qualquer irregularidade ou ilegalidade a ser sanada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE BASTOS

FORO DE BASTOS

VARA ÚNICA

RUA 15 DE NOVEMBRO Nº 50, Bastos - SP - CEP 17690-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Na hipótese, o plano de recuperação judicial encontra-se formalmente em ordem.

Posto isto, e com espeque nos argumentos acima expostos, pautado nos artigos 45, §§ 1.º e 2.º e 58, ambos da Lei n.º 11.101/2005, HOMOLOGO o plano de recuperação judicial de fls. 656/668 e 1.003/1.023, aprovado pela Assembleia Geral de Credores, na data de 23 de agosto de 2021, e CONCEDO a Ademir Aparecido Ribeiro Doceria – ME a RECUPERAÇÃO JUDICIAL, cabendo à recuperanda, sob a supervisão da administradora judicial e dos credores, cumprir o plano nos termos dos artigos 59 a 61 da Lei n.º 11.101/2005.

A devedora permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial (art. 61 da Lei 11.101/2005). Durante esse período, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convalação da recuperação em falência, nos termos do art. 73 da Lei n.º 11.101/2005.

Oficie-se à JUCESP e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para que anotem a recuperação judicial ora concedida no registro da recuperanda (art. 69, parágrafo único, da Lei n.º 11.101/2005), a qual deverá incluir, após o nome empresarial, a expressão "em recuperação judicial" em todos os negócios jurídicos que entabulem.

Oficie-se à Corregedoria-Geral da Justiça, comunicando-se a concessão da recuperação judicial à devedora.

Intimem-se as partes e interessados com representação nos autos, a Administradora Judicial e as Fazendas Públicas.

P.I.C.

Bastos, 07 de dezembro de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**